

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS  
Ata da 77ª Reunião Ordinária da CT-RN - 12/07/2017- 9-13 h.  
Instituto de Zootecnia – Nova Odessa/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AESABESP	Antonio Aparecido Zampronio (T)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T) Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
Associação Renovar	Rodrigo de Melo Nunes (S)
BRK Ambiental Limeira	Sthefany Kuhl (S) Laila Fernanda Bortolan (S)
CATI/SAA	Henrique Bellinaso (T)
CIS	Reginaldo Pereira dos Santos (T)
CODEN	Rean Gustavo Sobrinho (T)
Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S)
CDA/SAA	Oswaldo Julio Veschi Filho (T)
DAE Jundiá	Cláudia Debroy de Campos (S)
DAEE	Walter Antonio Beccaro (T)
INEVAT	Francisco Antônio Moschini (S)
Instituto de Zootecnia	João José A. de A. Demarchi (T)
IPT	Maria Lúcia Solera (T)
P.M. de Cordeirópolis	Fábio Luiz Cassiano (T)
P.M. de Joanópolis	Mbatuya Medina (T)
P.M. de Limeira	Raquel Schimidt (T)
P.M. de Mairiporã	Jéssica Gonçalves Silveira Oliveira (R)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (S)
P.M. de Sumaré	Alan Lourenção (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Natália de Freitas Colesanti Perlette (T) Amanda Alves de Lima (S)
SMA/CBRN	Natália Gomes Fernandes Branco (T)

Membros com justificativa	
Entidade	
Fundação José Pedro de Oliveira	
PUC Campinas	

Membros Ausentes	
Entidade	
CETESB	
CIESP Santa Bárbara D'Oeste	
DAE Santa Bárbara D'Oeste	
Fundação Florestal	
Geoblue	
IAC	
IPSA	
P.M. de Analândia	
P.M. de Campinas	

P.M. de Campo Limpo Paulista	
	P.M. de Itatiba
	P.M. de Itupeva
	P.M. de Jaguariúna
	P.M. de Vinhedo
	P.M. de Vinhedo
	UNICAMP

Convidados	
Entidade	Representante
DAE de Jundiá	Carlos Eduardo Moraes Pereira
Agência PCJ	Kaique Duarte Barreto
P.M. de Limeira	Gabriela Alves Ribeiro
P.M. de Nova Odessa	Fernanda R. Dagrela Ana Cristina Freitas Leôncio Neves Ferreira
Defesa Ambiental	Denise Prampolim Daniela H. Favaro

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

**1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas previamente aos presentes por meio de mensagem eletrônica.  
**2. Abertura da 77ª Reunião Ordinária, Recepção e Coffee-break:** A abertura da reunião foi realizada às 9:30 h pelo Sr. João José Demarchi, coordenador da CT-RN, que agradeceu o Instituto de Zootecnia pela cessão do espaço e a parceria com os Comitês PCJ e a bióloga Daniela H. Favaro por ter aceitado o convite para apresentar o seu trabalho de restauração florestal e ambiental para os membros da câmara técnica, informando em seguida aos presentes a existência de quorum qualificado para o início da reunião.  
**3. Secretaria – Informes Gerais:** O coordenador Dr. João Demarchi solicitou a todos os presentes que chequem os e-mails da lista de presença e anotem qualquer erro e ou ausência de informações das suas respectivas instituições, salientando que alguns e-mails grifados em amarelo têm retornado ao emitente; comunicou a existência de um Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos e Gerenciamento de Áreas Contaminadas na UNESP de Rio Claro – CEA; em relação a atualização do Plano Florestal estão previstas três reuniões públicas, sendo a primeira a ser realizada no dia 1 de agosto de 2017 no anfiteatro do Instituto de Zootecnia em Nova Odessa, endossando a necessidade da participação de todos; a ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente realiza em Campinas (Shopping Dom Pedro) nos dias 10 a 12 de julho o Fórum Brasil de Gestão Ambiental ([www.fbga.com.br](http://www.fbga.com.br)). O atual presidente é o Sr. Rogério Menezes, Secretário Municipal do Verde da cidade de Campinas.  
**4. Secretaria –**

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS Ata da 77ª Reunião Ordinária da CT-RN - 12/07/2017- 9-13 h. Instituto de Zootecnia – Nova Odessa/SP

**Indicação de Novos Membros:** Conforme Ofício nº 4 GAB-2017, foram indicados pelo Prefeito Benjamin Bill Vieira de Souza como novos membros representantes da Prefeitura Municipal de Nova Odessa os servidores Fernanda Rodrigues Dagrela (titular) e Leôncio Neves Ferreira (suplente), sendo os mesmos aceitos por unanimidade pelos presentes; o Chefe de Gabinete da SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Luiz Fernando Guimarães solicitou uma substituição de representante suplente da sua instituição, sendo o Sr. Marcelo Henrique dos Santos substituído pelo Sr. João Luiz Alberto; O Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra) sugeriu que as instituições ausentes que faziam parte da CT-RN fossem contatadas para incentivá-las a continuar a participar, sendo citados como exemplo a P.M. de Americana, o GRUDE e a EMBRAPA Meio Ambiente, entre outras. 5. **Secretaria – Aprovação da minuta da ATA da 76ª Reunião Ordinária:** O coordenador solicita aos presentes que se manifestem sobre possíveis correções a serem feitas na minuta de ATA enviado a todos por meio eletrônico. Após as devidas correções indicadas, a mesma foi considerada aprovada, devendo ser disponibilizada no *site* dos Comitês de Bacias PCJ assim que encaminhada a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. 6. **Palestra: Uma visão aplicada da Restauração Florestal – Ambiental – Bióloga Daniela H. Favaro – Defesa Ambiental Assessoria em Meio Ambiente, Nova Odessa:** Com o objetivo de trazer para a plenária uma discussão prática a cerca das atividades de restauração florestal e ou ambiental, foram enviadas a empresa Defesa Ambiental alguns questionamentos que nortearam a sua apresentação, basicamente centrada na sua metodologia de trabalho. As perguntas formuladas para a palestrante previamente foram: (a) O que mudou nas suas atividades profissionais com a publicação da Resolução SMA 32? Recuperação Florestal x Recuperação Ambiental; (b) O que você acha do uso de TAC (Termos de Ajuste de conduta) e TCRA (Termos de Conciliação para Recuperação Ambiental) como instrumentos auxiliares na restauração ambiental? Qual a sua experiência com esses Termos? (c) O Monitoramento preconizado pela Resolução 32? Você tem feito essas avaliações? Qual a sua visão sobre esse assunto? Quais os resultados que você tem visto? (d) Qual é o percentual de áreas em que houve sua intervenção profissional que realmente estão recuperadas até hoje? Há alguma dica ou sugestão para maior garantia de uma efetiva recuperação ambiental? (e) Qual o custo médio de recuperação das áreas? Quais orientações e variáveis para compor preços e que poderiam auxiliar na qualificação dos processos licitatórios. Ano inicial (plantio) e demais. (f) Uso de herbicidas? Quando são realmente necessários? Você tem tentado métodos alternativos? (g) Programa Município Verde

Azul pode ser um instrumento importante para recuperação de áreas degradadas? Você tem alguma informação sobre esse programa? (g) Projeto Nascentes da SMA - Banco de Áreas, Banco de Projetos e Fontes Financiadoras. Você já se utilizou de algum Banco de Áreas? (h) Os Comitês PCJ criaram uma Política de Recuperação e Proteção de Mananciais? Você conhece? Tem alguma opinião sobre esse assunto? A apresentação feita pela palestrante, disponibilizada para todos os membros da CT-RN após a reunião, salientou alguns pontos, como a grande importância dos TCRAs e TACs e as ações do Ministério Público e da CETESB para buscar a reparação do dano através do plantio e manutenção de mudas nativas. Comentou que é importante que a mesma empresa seja a que planta e faz a manutenção nos primeiros anos, o que aumenta a chance de sucesso da restauração. Muitas empresas de segurança estão atuando na área de restauração sem a devida qualificação técnica, o que dificulta o trabalho das boas empresas. Na sua atividade a publicação da Resolução SMA número 32 não alterou de forma significativa seus procedimentos. Comentou sobre a importância de viveiros parceiros, já que o tamanho e qualidade das mudas são fundamentais. A restauração natural preconizada pelo Prof. Dr. Ricardo Rodrigues não é utilizada por ela em função das exigências dos termos e contratos que norteiam suas atividades profissionais, mas acredita que seja uma excelente estratégia, principalmente em regiões em que ainda haja áreas preservadas que possam servir como Banco de Sementes e biodiversidade. Tem tido dificuldade para conseguir 80 espécies nativas diferentes pela falta de disponibilidade nos viveiros. Comentou sobre a diferença significativa entre os escritórios regionais (CETESB) em relação ao entendimento das normas vigentes. O empreendedor normalmente faz a ação por obrigação e não de forma voluntária, ainda mais em situação econômica como a vivida atualmente, o que muitas vezes dificulta o trabalho das empresas contratadas para a restauração florestal. As estacas são um item de fundamental importância, mas muitas vezes não levado em consideração por diversas empresas. Há sempre garantia por parte da sua empresa na reposição de mudas. Isso é responsabilidade profissional! Alguns pontos que ainda são motivo de discussão, como a compostagem e tratamento de esgotos para utilização na adubação orgânica, custos de plantio e de manutenção, qualidade dos viveiros e qualidade da restauração florestal ou ambiental. Riscos de incêndio, a proximidade de fontes de água (irrigação) e distância de aterros sanitários. Utilização ou não de trilhas ecológicas, ações de sinergia com os programas Nascentes e Município Verde Azul podem ser interessantes, mas que ainda tem muita dificuldade para conseguir áreas públicas para plantio devido a documentação irregular ou ausente, sendo fundamental que

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 77ª Reunião Ordinária da CT-RN - 12/07/2017- 9-13 h.

Instituto de Zootecnia – Nova Odessa/SP

exista um Banco de Áreas e que este seja funcional. O CAR ainda causa certo constrangimento por parte dos produtores rurais, mas é uma ferramenta que pode sensibilizar e conscientizar mais a sociedade. De forma resumida a bióloga Daniela apresentou sua metodologia de trabalho para restauração florestal e ambiental de acordo com a SMA nº 32/2014, detalhando as variáveis envolvidas na sua composição de custos (extremamente variável!), incluindo a produção e o plantio de mudas nativas e a manutenção durante os três anos subsequentes, salientando que muitas vezes a simples vedação e proteção da área permite uma restauração ambiental adequada, principalmente em regiões onde existam fragmentos florestais preservados. Também discutiu sobre a importância dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) e dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) nas suas atividades profissionais e na recuperação ambiental da nossa bacia hidrográfica. **7. Redefinição da Composição dos Grupos de Trabalho e do Plano de Trabalho da CT-RN:** O Sr. João Demarchi aproveitou para novamente discutir de forma rápida a formação dos grupos de trabalho para o biênio 2017-2019, sendo que os interessados devem se manifestar sobre os assuntos de interesse e se organizarem para elaboração dos grupos, pautas, atas, materiais necessários, eventos e lista de presença para cada GT formado. São destaque o GT-Mananciais, o GT-Rede de Áreas Protegidas, GT-PMVA e Legislação Municipal; GT-Mineração e os grupos de acompanhamento (GA) da atualização do Plano Florestal, dos Condicionantes da nova outorga do Sistema Cantareira; áreas de marinha ou da união e espécies invasoras (flora e fauna – Java porco, capivara, cipós, etc.). Estas informações serão utilizadas para elaboração do Plano de Trabalho da CT-RN. Entre os diversos assuntos discutidos na elaboração do Plano de Trabalho da Câmara para o biênio 2017-2019, destacaram-se os itens para atualização e definição dos procedimentos do Programa II - Pagamentos por Serviços Ambientais, da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais do PCJ (Deliberação Comitês PCJ nº 270 de 31/03/2017); o acompanhamento da atualização do Plano de Florestas dos Comitês PCJ; o acompanhamento da execução das condicionantes da Outorga do Sistema Cantareira pela SABESP; a criação de uma Rede de Áreas Protegidas e de Fragmentos Florestais existentes; os resíduos e impactos ambientais gerados pela atividade de mineração na região e as interfaces de contato entre as ações dos Comitês PCJ e o Programa Município Verde Azul da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **8. Outros assuntos:** O novo Coordenador da Câmara Técnica, pesquisador do IZ, João José Assumpção de Abreu Demarchi, salienta que é grande a responsabilidade da Câmara Técnica para os próximos anos. "Precisamos difundir

o conceito da bacia hidrográfica como unidade de manejo hídrico e agropecuário, tanto por meio das boas práticas no manejo de solos, quanto na recuperação das áreas de preservação permanente (nascentes, topos de morro, encostas e margens dos rios, etc.), mitigando a emissão de gases de efeito estufa e tornando a Bacia Hidrográfica mais resiliente diante das atuais mudanças climáticas". Demarchi enfatizou a necessidade de integração entre as áreas urbanas e rurais para que haja uma efetiva gestão dos recursos hídricos dentro do conceito de produtor-recebedor e consumidor-pagador. "É necessário pagar pelos serviços humanos que possam contribuir para que a natureza gere serviços ecossistêmicos, especialmente no meio rural, e com isso transferir recursos financeiros ao produtor agropecuário, que direta e indiretamente conserva o meio ambiente, regulariza o ciclo hídrico retendo água na bacia e, viabilizando o seu negócio agropecuário, produz alimentos e energia". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA) agradeceu a presença de todos e a confiança que lhe foi dada para dar continuidade ao excelente trabalho realizado pela Sra. Cláudia Grabher (INEVAT) como coordenadora da CT-RN no biênio anterior, contando com a continuidade das suas ações de apoio agora como secretária e da continuidade do apoio que já vem sendo dado pelo coordenador adjunto Henrique Bellinaso (CATI-SAA), dando em seguida por encerrada a reunião às 13 h.

João José Assumpção de Abreu Demarchi  
Coordenador da CT-RN

Henrique Bellinaso  
Coordenador-adjunto da CT-RN

Claudia Grabher  
Secretária da CT-RN